



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 25 DE JANEIRO DE 2018

Acta n.º 7

Aos vinte e cinco dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de dezassete de Janeiro e aditamento de vinte e dois de Janeiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Tomada de posse de novos membros do Conselho Municipal de Segurança;

PONTO DOIS: Aprovação das atas das sessões de 06-12-2017, 21-12-2017 e 27-12-2017; -----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para aquisição de serviços de responsabilidade técnica de instalações eléctricas em edifícios municipais; -----

PONTO QUATRO: Tomada de conhecimento, sob proposta da Câmara Municipal, quanto à isenção da taxa de derrama para o ano de 2018 a aplicar às empresas I&D; ---

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2018-2021; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão do Orçamento 2018; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do contrato de arrendamento, a celebrar entre o município de Albufeira e a Serva - comércio e empreendimentos imobiliários, limitada, de armazém destinado a armazenar bens do Banco Alimentar, no âmbito de uma candidatura da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para aquisição de serviços de vigilância e segurança humana, em vários locais, equipamentos e eventos do município de Albufeira; -----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Fernando Manuel de Sousa Gregório (PS), João Alexandre Sequeira Jorge da Silva (PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Fernando Vieira Vitória Cabrita (PS), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (PS), Renato José Martins Miguel Pimenta (CDU), Rui Pedro Dâmaso Borges Gago (membro suplente PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD)



Vera Lúcia Hilário Belchior (PAN), Gaspar Manuel Rocha Meirinho (PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (membro suplente PSD), bem como os Presidentes de Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Guia - Dinis Nascimento, de Paderne - Miguel Coelho e de Ferreiras - Jorge Carmo.-----

Faltas: Francisco Manuel Fernandes Guerreiro e José Manuel da Bota Sequeira. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, Rui Serôdio e Rui Gago.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, José Carlos Rolo, Victor de Oliveira Ferraz, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Rogério Pires Rodrigues Neto. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão: -----

Presidente da Assembleia: "Antes de darmos início aos trabalhos, e como é de conhecimento geral, o falecimento de um antigo Membro desta Assembleia e também antigo Presidente desta Assembleia Municipal, o nosso amigo Serôdio. Fez parte desta Assembleia durante vários anos, o filho, Rui Serôdio faz parte desta Assembleia Municipal, uma pessoa de grande estima e considerado por todos, pedia-vos que me acompanhassem num minuto de silêncio em homenagem ao seu falecimento."-----

Fez-se um minuto de silêncio. -----

Presidente da Assembleia: "Rui, sei que não é fácil meu caro amigo, um grande abraço para ti e para a tua família."-----

Rui Serôdio: "Em meu nome e em nome da minha família quero agradecer esta homenagem que fizeram ao meu pai."-----

Presidente da Assembleia: "Mais do que uma homenagem, é uma manifestação de respeito merecido."-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Domingos Coelho: "Gostaria de deixar, relativamente ao projecto Paderne Medieval, um elogio e uma crítica. O elogio tem a ver com o executivo ter continuado com este evento, que trás um enriquecimento ao cartaz turístico de fim de ano e trás para o concelho e para Paderne em particular, economia. A crítica tem a ver com o folheto que foi distribuído, quando se comprava o bilhete e tem a ver com omissões e



correções do documento. Omissões porque não fala nada da história de Albufeira, não se fala da história de Paderne e não se fala nada da história do Algarve. Faz-se um pequeno enquadramento a nível nacional, o reinado de D. Dinis, penso que extremamente pobre, e todo o turista que foi a Paderne a pensar que ia, para além da parte comercial, aprender alguma coisa de história local ou regional, não aprendeu nada. Em relação à correção e já não é a primeira vez, fala-se de documentos deste tipo, na carta de foral em Paderne, e nada disso existiu, existiu sim uma carta de doação. Carta de doação é um documento jurídico, carta de foral é outro documento jurídico que não tem nada a ver. Para simplificar, penso que a Câmara tem um conjunto de técnicos que com certeza se corrigissem este documento enriqueceriam. Isto é fruto de projectos de chapa cinco, que serve em Paderne, serve em Beja, Portimão, etc. Penso que o executivo, na sua parte técnica deveria ter mais cuidado com este tipo de documentos, que no fundo põe em causa a História.”-----

Adélia Cabrita: “Encontro-me aborrecida com o que está a acontecer na praia de Albufeira, na praia do Peneco. Toda a vida foi praia do Peneco e agora pelo que vejo querem mudar de nome, de praia do Peneco para praia de um restaurante. A praia do Peneco é uma praia conhecida por toda a gente, mundialmente, a praia é nossa e é do turismo que para cá vem. Deviam reparar por isso e não por outras coisas que não têm muita significância. Porque restaurantes há muitos, e para todos os bolsos. Não estou de acordo com o que estão a fazer, deviam ter dado uma palavra à população para que a população não andasse enganada, como tem andado até aqui. Isto é ridículo, porque tiram a beleza, tiram as características da praia do Peneco. Quando me vierem perguntar se é a praia do Peneco eu irei passar a dizer que é a praia do restaurante.”—

Rosete Arvela: “O que me trás aqui é o que esta senhora acabou de falar, daquela aberração na praia do Peneco, que dizem que está a ser reconstruído, mas para mim está a ser construído, porque não tem lá restos de nada. Por um lado fala-se de um apoio praia, por outro lado fala-se de um restaurante. Se for um apoio praia, com certeza que vai ter concessão, mais camas, mais toldes, mais chapéus. Daqui a pouco os Albufeirenses não têm espaço para meterem um chapéu-de-sol. Provavelmente se quiser ir à praia do Peneco temos de ir para cima do passeio marginal. Outra coisa, a plataforma que vai ser feita, as sapatas, vai ser feita nos blocos que vi a meterem lá em cimento. Pergunto depois pelas paredes, porque falam aqui em paredes que vão ser de alvenaria. Alvenaria vem de pedreiro, pedreiro é betão, penso que uma praia que é



de todos, que é do público, não é privada, acho que não devia ser admitido fazer-se tal coisa. Assim deixamos de ter umas praias bonitas, umas imagens bonitas, já temos a aberração do elevador suicida, e agora mais esse restaurante ou apoio de praia. E para mim, aquilo tem uma dimensão enorme, se eu quiser tirar uma fotografia ao Peneco não sei onde é que a gente se vai pôr."-----

António Príncipe: "Faço parte do Clube de Patinagem de Albufeira. O clube foi criado para dar a Albufeira a possibilidade de ter uma outra modalidade, que não existia em Albufeira. Nessa modalidade temos a patinagem artística, o hóquei em patins e a patinagem de velocidade. O clube é recente, foi criado em Outubro de dois mil e dezassete e antes de mais queria de agradecer à Câmara, porque apesar do clube ser recente, já ter sido atribuídos horários para podermos ter atletas a praticar a modalidade. Acontece que o Clube de Patinagem de Albufeira foi discriminado em relação a esses horários, porque foram apenas atribuídos dois horários semanais em ringue, com dimensões oficiais para a prática destas modalidades, e há um outro clube que foi criado exactamente na mesma altura, que beneficiou de quatro horários semanais, em ringue com dimensões oficiais. Para tentar suavizar esta discriminação que o Clube de Patinagem de Albufeira teve, soubemos que havia horários disponíveis em pavilhões do município e solicitamos mais dois horários para termos essa equidade em relação ao outro clube. Esses horários foram rejeitados, ou ainda não foram decididos? Já foram feitas várias solicitações, para ir a reuniões de Câmara, e isso ainda não foi decidido, há sempre o argumento de que em Albufeira os pavilhões não estão preparados para a prática de patinagem. Acontece que o desporto escolar prevê nas escolas a prática dessa modalidade e ela é praticada nas escolas. Creio que os municípios devem dar a possibilidade aos munícipes de haver essa possibilidade de praticar patinagem. Neste momento em Albufeira não há um único pavilhão que tenha tabelas, logo o CPA já tem atletas com pré inscrições para poder praticar hóquei em patins e não é possível porque não temos essas tabelas. A pergunta que deixo é: porque é que não são atribuídos estes horários, para haver algum equilíbrio na equidade da atribuição de horários aos clubes? Que neste caso, foram criados, exactamente na mesma altura."-----

Hugo Vieira: "Peço à Câmara que me consiga esclarecer, as obras da Rua do MFA, já se ouviu tanta especulação e da Rua Alves Correia, ao qual passa um cano que vem do Cerro Malpique, dentro da minha casa e cada vez que chove tenho sempre cinco a dez



centímetros de areia e água dentro de casa. Até hoje a Câmara ainda não fez nada, gostava de saber o que se passa. Vim fazer um requerimento à Câmara no dia cinco de Dezembro, ninguém se manifestou, ninguém disse nada. Para entrarem dentro da minha casa têm o meu número de contato."-----

Luis Reis: "A minha presença nesta Assembleia tem como objectivo assumir as críticas que fiz através de um meio de comunicação, sobre a construção de um apoio de praia, na praia do Peneco. Segundo apurei, o apoio, restaurante e sanitários ocupa uma área de trezentos metros quadrados, o espaço inutilizado pela proximidade, numa faixa de dois metros ao redor são cerca de cento e quarenta metros quadrados. A zona entre a concessão e o rochedo do Peneco ficará inteiramente impedido de ocupação. Já com a parte interdita do Peneco, rondará os cento e cinquenta metros quadrados. A zona que entrecruza o corredor de escadaria do hotel Rocamar e a parte norte da concessão até à arriba perfazem cerca de cento e cinquenta metros quadrados. Concluo que setecentos e cinquenta metros quadrados serão subtraídos ao público, o que é uma área enorme. A localização que está em obra não tem a mesma implantação da concessão destruída, esta não teria mais que vinte e cinco metros quadrados, se é que bem me lembro. Falemos de poluição, dos fumos extraídos da cozinha, óleos fritos, etc. Vou recair na sua parte mais densa, na toalha, falemos de poluição dos produtos para consumo para o exterior, tais como embalagens de batatas fritas, refrigerantes, gelados, etc. Falemos de poluição da lavagem dos pavimentos das instalações. De há muitos anos que Albufeira e Quarteira eram apontadas como desastrosos exemplos a não seguir, pela densidade máxima de ocupação urbana, pelas noites ruidosas e generalizadas manifestações alcoólicas, pela falta de estruturas verdes e de outros confortos sociais, pela falta de segurança. E pela inegável incapacidade de se conseguir ordenar a ocupação do espaço público. Finalizo e peço os seguintes esclarecimentos, porque têm de associar sanitários públicos a um restaurante? No sul de França nas praias, os sanitários estão discretamente localizados e com presença permanente de funcionários. Foi ou não aprovado pela Câmara Municipal o projecto de arquitectura desta concessão? Poderia a Câmara, independentemente dos pareceres exteriores indeferir esse projecto de arquitectura? Porque o aprovou? E porque não o fez? Lembro-me que as concessões da esplanada do Túnel de ambos os lados, enquanto projecto, prevêem sanitários de apoio à praia, que presentemente não existem para tal. Para quando uma clarificação pública dos concursos e timings das concessões de



praia? Porque as concessões mudam de mão, renovam-se os contratos e a coisa não é pública. Poderão talvez informar se serão concedidas novas concessões. Se a concessão do pavilhão ao lado da Inatel, à beira mar, é pertença desta, o terreno, ou dada à exploração como as outras pela Câmara Municipal de Albufeira? Pensei que teria bastado o mau exemplo da Polis, nesta terra, assim como a destruição da gruta na praia do Peneco e do seu passeio turístico sobre as rochas, do elevador com uma arquitectura desconexada da beleza natural dessa praia, das muralhas de contenção das arribas, já não falando das rotundas. Por tudo isto peço que revoguem a licença desta indesejada construção. Lamento a ocupação do vosso tempo, mas é minha obrigação cívica denunciar."-----

Jorge Magalhães: "Num recente artigo do Barlavento eu fui citado como estando na linha da frente, entre aspas, contra o projecto da praia do Peneco. Venho aqui desmentir essa afirmação. Não estou em linha da frente nenhuma, apenas passei no sábado por ali e tirei duas fotografias e meti no Facebook. Tive cento e noventa e cinco partilhas e isso já não é da minha responsabilidade. Foram essas cento e noventa e cinco partilhas que tornaram a minha colocação no facebook, que apenas visava publicitar a minha crónica que vai sair amanhã sobre o assunto, um assunto importante. Visto que, a dez pessoas cada partilha, basta que vejam, não precisam de meter likes, são duas mil pessoas que estão a falar sobre o assunto. Portanto, eu não estou na linha da frente de coisa nenhuma, não pretendo alienar o meu direito de ter opinião sobre as barbaridades que eventualmente possam acontecer neste concelho. Porque já tenho mais anos de concelho de Albufeira do que da cidade onde nasci. Dito isto, quero dizer com espírito democrático, que espero que seja correspondido, que todos os meus afetos, desafectos, que também os tenho nesta sala, e assim assim, ficarão intocados. Assim haja o espírito democrático e a visão das coisas, que acreditem nas minhas palavras, que eu não quero fazer mal a negócio nenhum, nem a ninguém. Se tivesse que fazer uma pergunta não seria acerca da legalidade do projecto, porque isso está mais que esclarecido que está tudo legal, tem todos os pareceres, todas as licenças, a única pergunta que poderia fazer, se quisesse, mas não faço, mas revelo para não irem curiosos para casa, é se as pessoas que estavam na reunião de Agosto de dois mil e dezassete e que aprovaram aquele projecto, se tinham ou não tinham a noção de que estavam a dar um valente murro no estômago dos Albufeirenses. E se não tinham, eu fico preocupado. Fico preocupado com a unanimidade que houve nessa decisão, isso é



uma coisa que me espanta. Se tinham a noção, então não sei, aqui calo-me, já não comento. Muito obrigado e peço desculpa por vos ter tomado este bocadinho.”-----

Presidente da Assembleia: “Jorge Magalhães, assim como todas as outras pessoas não tem de pedir desculpa pelas intervenções que fazem. Nós, na Assembleia Municipal é que temos de agradecer todas as intervenções, independentemente de concordância, ou discordância, porque este é um espaço próprio para os munícipes virem explanar as suas opiniões, desde que o façam em concordância com as regras cívicas, somos nós que agradecemos. O seu pedido de desculpa é mais um agradecimento da nossa parte.”-

Carlos Gonçalves: “Têm falado tanto que iam fechar a Rua do MFA por cinco meses, e só nós na Rua do MFA é que trabalhamos, porque na baixa de Albufeira os bares todos fecham. Só há um bar aberto que é a Marmota. Se estão a pensar fechar a baixa de Albufeira, se fecharem a Rua do MFA não fica turismo em Albufeira. Porque ninguém vem para Albufeira porque está tudo fechado. Albufeira é incrível, em Outubro toda a gente fecha em Albufeira. Outubro, Novembro, Dezembro e Janeiro, até na passagem de ano só a Rua do MFA é que trabalhou. A partir de Outubro não há turismo em Albufeira, está tudo fechado, não há um restaurante aberto para as pessoas comerem. As pessoas vêm para Albufeira e não há nenhum restaurante aberto porque as pessoas da rua de baixo só pensam em fazer dinheiro no verão, durante seis meses metem os preço a cinco euros uma caneca, três euros uma imperial, chega o mês de Outubro e toda a gente fecha. Acho que não é normal fecharem a Rua do MFA. Se fecharem por fases, fazerem dois meses de um lado, dois meses do outro, mas a Rua do MFA não pode fechar. Porque tenho doze empregados, e eu vivo dali.”-----

António Vieira: “Continuando a conversa do meu filho sobre a casa onde ele vive, o cano que passa lá por dentro é o cano que apanha as águas todas do Cerro Malpique, é um cano de trinta centímetros e foi feito há quarenta e sete ou quarenta e oito anos. Tem uma tampa de esgoto no quintal, quando chove muito a tampa levanta e entra água para todo o lado. O Carlos que tem um bar alugado lá ao lado, chegou a ter um metro e meio de água lá dentro. Houve uma altura liguei ao Desidério, e ele mandou lá os homens e tiraram de lá doze sacos de terra que estava dentro do cano. E agora cada vez que chove é água por todo o lado, havia um sumidouro no Cerro Malpique que foi tapado. Quero saber o que a Câmara pensa fazer daquilo, aquilo cada vez que chove é um pandemónio.”-----



Presidente da Câmara: "Agradeço a presença, por esta sala estar cheia, é de facto bom, acho muito bem que as pessoas se manifestem porque é um sinal de que nesta casa existe receptividade para isso, que é a casa de todos nós. Levantaram-me várias questões, de várias naturezas, umas centradas no mesmo e outras distintas. Começaria pelo professor Domingos Coelho, e agradecer a sua intervenção, como historiador é natural que tenha em boa conta haver um rigor no panfleto. Subscribo aquilo que disse, com a distinção entre carta de doação, carta de foral e colocar um pouco da nossa história, do Algarve, de Paderne, do nosso concelho de Albufeira. São notas positivas que merecem todo o acolhimento. E delas darei, naturalmente, conhecimento aos nossos serviços técnicos para que possam, no futuro, incluir também essas notas de história. Depois a questão da praia do Peneco, também tive conhecimento desta situação, da questão que levantou alguma celeuma designadamente via Facebook, via comunicação social, fui alertado para o Facebook, porque eu não costumo lá ir, e até devo dizer que me senti incomodado porque, não me incomodo com opiniões, muito pelo contrário, sou bastante aberto a que as pessoas manifestem as suas opiniões. A questão que está aqui em causa, é o licenciamento daquela obra. Fazendo um histórico, estamos a falar de um espaço que não pertence à administração local, contrariamente ao restante território do concelho, este é um espaço que está sob a administração direta do estado central. Tudo o que é orla marítima é estado central, e dependemos de várias entidades. São elas que de acordo com os planos que existem que ordenam aquele território. Devo dizer que este não é o único caso no nosso concelho, de requalificações a serem feitas nas unidades de planeamento existentes. Temos em Albufeira, desde os Salgados até à Rocha Baixinha, vamos ter sempre questões de apoios de praia. Em relação ao histórico desta, devo dizer, com toda a franqueza, que quer na fase da deliberação de aprovação da arquitectura, quer na fase, cerca de um ano depois, da aprovação das especialidades, eu creio este apoio praia na paz do Senhor, ou seja, que não houve qualquer polémica. Entre a aprovação de Agosto de Novembro de dois mil e dezasseis, que é quando é feita a aprovação da arquitectura, as deliberações são imediatamente publicadas, nos sites da Câmara, é lhes dada a devida publicidade, entre esta fase, a fase da arquitectura e a fase do licenciamento decorreu praticamente um ano. Quer uma deliberação, quer outra deliberação, que vinham com parecer de dezasseis de Setembro de dois mil e dezasseis da CCDR, em conferência decisória, e cuja decisão é global e vinculativa da Administração Central,



estávamos todos tranquilos. E a população toda de Albufeira também estava tranquila. Tiveram cerca de um ano tranquilos em relação a isto, e foi-lhes dado conhecimento, porque é de conhecimento público, tudo o que se passa aqui, todas as deliberações da Câmara é-lhes dada imediatamente publicidade. Fizeram uma acusação de que o Presidente da Câmara, entre alguns impropérios, devo dizer que nunca tive as obras particulares desde que estou aqui. Só para me situar em plano de igualdade perante os outros Vereadores da Câmara, e vou citar os nomes, porque eu assumo a minha responsabilidade. Na reunião de vinte e dois de Novembro de dois mil e dezasseis, estavam presentes eu, José Carlos Rolo, Célia Pedroso, Marlene Silva, Ana Vidigal, Rogério Neto e o Sérgio Brito que veio em substituição do Vereador Fernando Anastácio. Em vinte e dois de Agosto de dois mil e dezassete estiveram todos, e nesta o Dr. Anastácio estava presente. Estamos a falar de três forças políticas, estamos a falar de pessoas que foram eleitas, e quando alguém aqui diz, se eu tive consciência do que estava a aprovar, eu tive consciência do que estava a aprovar, todos nós tivemos consciência do que estávamos a aprovar. Se alguém me vem dizer, por cobardia, que não viu o que aprovou, essa pessoa não está aqui a fazer nada e devia ter vergonha de se ter candidatado à Câmara. Eu tive consciência, assumo plenamente, assim como todos os vereadores, porque não é o Presidente da Câmara que manda nisto tudo. O Presidente da Câmara tem a sua esfera de competências, mas as decisões em tudo o que se refere a obras particulares e neste caso em concreto, é a deliberação de Câmara. E estamos lá todos em pé de igualdade. Só se houver empate, aí é que o Presidente tem o voto de qualidade. Quando isto foi aprovado, por acaso o PSD, que é a minha força política até estávamos em minoria. Os nossos técnicos não levantaram questões absolutamente nenhuma, nem de estética, nem de ocupação, nem de localização, nada. Da parte de CCDR, conferência decisória não houve questão nenhuma, várias entidades envolvidas. Há que notar também, que nós quando dizemos que Albufeira tem o pleno das praias com bandeira azul, e somos campeões nacionais das praias com bandeira azul, há que associar a isto também a qualidade das praias. E essa qualidade está a ser feita através de uma requalificação dos apoios de praia. Quando alguém aqui colocou a questão de se fazerem casas de banho independentes nos apoios de praia, não sei se já se aperceberam mas a administração pública deve ser cada vez menos gastadora, e deve imputar essa responsabilidade aos concessionários, que são eles que têm algum lucro com as praias. Além de que não somos nós que neste



momento temos a administração dessa zona. A única coisa que a Câmara tem lá como competência, entre aspas, própria, é proceder à limpeza das praias. Até a parte das concessões não somos nós que arrecadamos o dinheiro dessas licenças. Estão a ver que a Câmara aqui, e dizer desde já, que assumo por inteiro o que lá está, tem um papel mas num território, que nem sequer é o território dela. Em relação ao passeio marginal, algumas vezes pedi que fosse arranjado, e a resposta que me dão é que não querem que seja arranjado porque há perigo de caírem pedras da falésia, e se alguém se magoa lá, com o passeio a convidar as pessoas a irem para lá passear é responsabilidade de quem? Por parte das entidades que detêm esta responsabilidade da orla marítima há uma não vontade absoluta de recuperar o passeio marginal, devido à perigosidade que há em relação a quedas de pedras das arribas. Quanto à localização de se ter distanciado da arriba é também por esse motivo. As nossas arribas são um bocado instáveis. Não sendo a Câmara que disse para ser naquele local, foi também determinado pelas entidades competentes, neste caso a Agência Portuguesa do Ambiente, eles é que determinaram, por uma questão de prevenção quanto a perigosidade de ser onde está a actual localização. Estiveram uma série de técnicos, de várias entidades debruçados sobre este assunto, teve também uma componente política que nos antecedeu debruçada sobre este assunto, e tivemos nós, entidade política, que queremos que Albufeira tenha qualidade, e não é com um barraco e com aquelas casas de banho provisórias que lá metemos, que vamos dar essa qualidade aos nossos turistas. Isto vai ter desde uma rampa acessível para as pessoas com deficiência. O tal elevador de que falam, que é uma aberração, inicialmente eu também concordava, hoje já nem noto isso, e devo dizer que é um convite para as pessoas que têm mobilidade reduzida acederem à praia do Peneco. Por acaso é a praia que frequento há cerca de doze anos. Também ouvi aqui umas coisas que acho graça, que é dizer que não há local para estender a toalha. Nesta zona, desde que foi feito o enchimento da areia, nunca vi lá uma toalha, até hoje. As pessoas situam-se mais perto do mar. A questão de ter sido tardia esta aprovação deveu-se ao facto de que primeiro tiveram de aguardar pelo enchimento da areia e depois tiveram de aguardar para ver como é que a areia se mexia, e se oferecia ou não condições para ali implantarem o apoio praia. Isto é a explicação técnica que recebi. Quanto à questão que referiram aqui, de que o apoio seria feito em alvenaria, leu isso não sei onde, porque isso não é verdade. O apoio é todo feito em madeira. Com gosto ou sem gosto a verdade é que nós



se queremos ter um turismo qualificado, devo dizer que este apoio praia, segundo informação que recebi, é um entre duzentos, no Algarve que estão a ser requalificados. Em Albufeira também já apareceram outros apoios de praia, em reunião de Câmara, nós não obstaculizamos, vinham com os pareceres das entidades responsáveis do estado Central, e nós não obstaculizamos. Se queremos ter turismo de qualidade temos de oferecer qualidade e não é com as barraquinhas de antigamente que vamos oferecer qualidade. Têm de ter todas as condições sanitárias, condições de higiene, condições de acolhimento, condições de mobilidade para que Albufeira se possa afirmar no turismo, cada vez mais com qualidade. Quem é saudosista de uma Albufeira que já não existe, de uma Albufeira que há quarenta anos estava no início do turismo, e que não acompanhou os tempos eu tenho todo o respeito por isso, respeito as memórias, eu também sou Algarvio e respeito as minhas memórias, mas a verdade é que as exigências dos dias de hoje não são as exigências de há quarenta ou cinquenta anos, e todos nós sabemos disso. Reafirmo que assumo a minha quota-parte de responsabilidade nesta matéria, se em reunião de Câmara qualquer um dos Vereadores tivesse levantando algum problema, se qualquer dos nossos serviços técnicos tivessem levantado algum problema, antes de tomarmos a decisão final, era natural que tivéssemos revisto isto. Nesta fase é uma fase tardia e não me parece que a praia do Peneco vá ficar desqualificada com este empreendimento, muito pelo contrário, parece-me que vai ficar qualificada. É isso que importa para o nosso turismo, e para os residentes, para poderem aceder a um espaço com algum conforto e qualidade naquela praia. Quanto à questão do Clube de Patinagem de Albufeira, sempre acolhi o Clube de Patinagem quando começou, e o que disse e repito é para dar o tratamento igual ao vosso clube como dão a qualquer outro, clubes de basquetebol, de futebol, o tratamento é igual, dentro das disponibilidades da Câmara. Havendo um pedido e havendo fundamento para poder ser acedido, naturalmente que estou aberto para falarmos e ver o que se passa. Eu não sabia que tinha feito esse pedido, mas irei ver o que se passa com o pedido. Em relação à Rua do MFA também conheço o problema, é um problema antigo e devo dizer que é um problema para ser resolvido. Quanto à questão do cano, estamos a trabalhar, como sabem, porque é público, fortemente nos planos de drenagem das águas superficiais de Albufeira. Penso que nenhum de nós quer que se volte a repetir em Albufeira aquilo que tivemos em dois mil e quinze, e estamos a trabalhar com algumas limitações, naturalmente, os planos não são tão fáceis nem tão



céleres como eu gostaria que fossem, mas a falar do lado técnico, contratamos o melhor gabinete, que nos foi dado conhecimento, que seria o gabinete do professor Saldanha Matos, foi o mesmo que fez o plano de drenagem de Lisboa, e contratamos para que ele nos resolva o problema de drenagem de Albufeira. A Rua do MFA é uma parte problemática de Albufeira, portanto iremos resolver essas questões, e as águas que vêm do Cerro Malpique, mas não conseguimos fazer tudo ao mesmo tempo, nem conseguimos desenvolver os projectos antes de termos esse plano em execução. Ele está em bom andamento, já temos contratado uma estação de bombagem na zona da praia dos Pescadores, para resolver o problema da Rua Cândido dos Reis e da Rua Vinte e Cinco de Abril, que inundam imediatamente. Temos também, quanto ao que foi referido de fecharmos a Rua do MFA, temos neste momento em estudo, e vai ser apresentado um estudo preliminar do plano de mobilidade de Albufeira, para verificarmos se a empresa está a ir na direcção que nós possamos desejar. Este assunto vai ser objecto de uma reunião de Câmara extraordinária, na próxima quarta-feira e depois irá para discussão pública. Convém que tenham atenção ao Plano de Mobilidade de Albufeira, também virá à Assembleia Municipal, mas vai haver um período em que vai ser colocado em discussão pública. Já tomei nota de interessados da Rua do MFA. Eu ainda não vi o plano, foi hoje falado que já estaria pronta a parte preliminar do estudo e marquei imediatamente uma reunião de Câmara. Vamos articular este plano com o Plano de Reabilitação do Mobiliário Urbano e de toda a parte superior. Vamos ter de harmonizar as duas situações. O Sr. Carlos pode consultar o plano a partir da próxima quarta-feira, que penso que já vou ter um exemplar para poder fornecer. O Sr. Carlos e quem quiser, naturalmente, haverá um devido tempo para isso, mas estarei aberto para que venham ver o plano."-----

Luis Reis: "Quando estava a escrever esta crítica, que já tinha passado para alguns órgãos de comunicação, com as características que mencionei, tinha uma certa dúvida, que as minhas questões, que os meus reparos fossem analisados e fossem percebidos onde a minha colaboração, que possa ser critica e possa ajudar a melhorar o que se passa em Albufeira, neste caso, o apoio de praia na praia do Peneco. Pela resposta que recebi vejo que a maior parte dos meus pontos que foram apontados e que me caem na perfeição como critica, ou como conhecimento, foram descorados, não foram sequer salientados nenhum dos pontos que critico. Pura e simplesmente foram respondidos de uma maneira geral, concisa, compreendo isso, apoiado nos pareceres que foram juntos



a este projecto, que se está a concretizar, e lamento. Lamento ter intervindo, será a última vez que o farei, porque no fundo não é por uma questão de saudosismo, é por uma questão de olhar por Albufeira, e ver como ela está, ver a possibilidade de melhorias ou de reparos naquilo que está a ser feito ou naquilo que foi feito. Compreendo que Albufeira tenha que evoluir, para o sentido que está a evoluir, eventualmente posso compreender isso, simplesmente acabo por ter de desistir de poder ter o meu público esclarecimento daquilo que penso e lamento ter-vos ocupado este tempo."-----

Presidente da Assembleia: "Caro Luis, o meu amigo já foi Membro desta Assembleia Municipal e irei repetir o mesmo que disse ao Jorge Magalhães, que não toma nada o tempo desta Assembleia Municipal. Isto é um espaço que está consagrado na Lei e que diz respeito aos munícipes, que cá vêm, que podem sempre questionar quer o Membros da Assembleia Municipal, quer o Senhor Presidente da Câmara e, em momento algum, alguma intervenção é tempo perdido. Pelo contrário, só nos enriquece, porquanto assim o façam de vontade, é uma manifestação quer de opinião, quer de crítica. A democracia tem destas coisas, podemos partilhar as opiniões, a resposta pode não ser aquela que nós queremos, mas a nossa opinião fica sempre e verá que na próxima ata tudo aquilo que for manifestado por si aqui, será gravado como qualquer intervenção de qualquer Membro desta Assembleia Municipal. Portanto, não cai em saco roto, cai sim num documento que fica para a história de Albufeira, de uma manifestação de opinião de todos aqueles que aqui participaram. Por isso é que as sessões são gravadas. A ata é um documento histórico do município de Albufeira e é também o documento vivo daquilo que foi a opinião, neste caso a sua, assim como a resposta do Senhor Presidente. O pedido de desculpa de qualquer intervenção é, volto a dizer, um agradecimento da nossa parte pela vossa intervenção. Não há que pedir desculpas por intervirem, muito pelo contrário, nós voltamos a agradecer a presença, seja qual for o assunto, seja qual for o motivo por cá estarem e participarem na Assembleia Municipal."-----

Carlos Gonçalves: "Não me respondeu como ficava a Rua do MFA, se ia fechar cinco ou seis meses."-----

Presidente da Câmara: "Neste momento não lhe sei dizer, mas se passar por cá amanhã eu vejo isto com os serviços técnicos e dou-lhe a resposta."-----

Carlos Gonçalves: "Se for por fases é diferente, agora se for para fechar seis meses. Em Albufeira a única rua que trabalha é aquela rua."-----



Paulo Guerra: "Queria fazer uma salvaguarda relativamente à história do restaurante, porque falou-se no passeio marginal, que há perigo de derrocada, mas a distância, no caso de perigo de derrocada será o equivalente a altura e meia para a frente. E aquele restaurante não me parece que esteja a essa distância da arriba. Eu não me recordo de Albufeira há quarenta anos atrás, já não sou muito novo mas também não sou muito velho. Tenho vindo a observar a qualidade do turismo durante estes anos. E fica a questão que é Albufeira tem que se requalificar e avançar no tempo, mas estamos a chamar que tipo de turismo? E as pessoas de cá? Albufeira é só turismo, é só restauração. Tenho três filhos e fico preocupado com o futuro que eles vão ter nesta cidade, assusta-me, porque é só noite, bares, restaurantes e praia durante o dia. O que se está a pensar fazer para as pessoas que cá vivem? Estamos entre as três cidades, a nível nacional, com o maior número de alojamento local, que são Porto, Lisboa e Albufeira. As pessoas que se querem fixar cá não têm casa para morar. A minha questão é o que se está a pensar fazer para os Albufeirenses e não só para o turismo."-----

Presidente da Câmara: "Os Albufeirenses são o motivo principal de tudo isto, incluindo o turismo. O turismo faz sentido se representar para nós, uma actividade económica que não nos ponha sem qualquer tipo de riqueza. O turismo trouxe riqueza para o concelho, antigamente este concelho estaria vedado às pescas, a alguma pequena indústria, algum comércio e pouco mais. E as pessoas viviam mal, viviam incomparavelmente pior do que se vive hoje. Houve um salto qualitativo muito grande na vida das pessoas. Quem tem a minha idade lembra bem esse tempo, e devo dizer que não são saudosos, só pela parte da juventude. Quanto à questão que coloca do alojamento local, Albufeira tem, a seguir de Lisboa e Porto, primazia, o Algarve será talvez a região do país com mais alojamento local inscrito, e isso tem a ver com uma actividade que se abriu, não é nova, no código civil de sessenta e seis já era permitido alojamento local, depois historicamente, essa parte que contemplava no código civil, na zona do arrendamento, arrendamento de curta duração por acaso foi suprimida. Foi suprimida por interesses, que não sei quais foram, mas que achei extraordinário, que as pessoas que no Algarve antigamente arrendavam as suas casas no verão, e isso constituía um acréscimo aos seus rendimentos, de repente vêm-se impedidos e passam a ter uma actividade dita ilegal, chamadas camas paralelas. Ou seja, só passou a ser legal os grandes empreendimentos. Seguidamente aparece o alojamento local, e agora



há muita gente que foi novamente para isso, para deixarem de estar na ilegalidade, quer fiscal quer administrativa, e passaram a inscrever as suas casas em alojamento local. Isto entra em confronto com a questão do arrendamento. Porque o arrendamento tem o problema de insegurança, que tem de ser resolvida em termos legais, por parte do legislador. Recordo quando foi aberta a questão do arrendamento, e foi dado outra vez prazos, andou primeiro cinco anos, depois já podia ser ao mês, já podia ser o tempo que se quisesse e que voltou-se a fazer muito arrendamento em Albufeira, ao ano. Só que isto levou a um problema que era, quando havia incumprimento dos contratos, no campo dos contratos e no campo do despejo os tribunais não funcionavam. Não é uma crítica aos tribunais, mas chega-se a haver entre o não pagamento de uma renda à acção judicial e a decisão, se falar em dois anos não estarei a dizer grande disparate. Isto leva a uma insegurança por parte do senhorio em querer ter o seu imóvel no mercado de arrendamento. Hoje um jovem trabalhador que queira arrendar casa em Albufeira está a encontrar uma dificuldade tremenda, eu sei disso, e agora como se resolve esta questão? É uma questão que tem de ser pensada, em termos de legislação, terá de ser a Assembleia da República ou o Governo a pensarem seriamente nesta questão. Alguma reacção que já houve e está na ordem do dia essas questões, foi de alguma maneira penalizar o alojamento local, de criar restrições ao alojamento local, mas não sei se isso dará resultado, porque se não pesarem bem a questão do arrendamento, mesmo que exista dificuldades acrescidas para o alojamento local, eu não estou a ver que as pessoas voltem a arrendar. Tem de haver, de facto, um mecanismo legal qualquer, eu sei que isso está a ser pensado para que o mercado de arrendamento volte a fluir. Para muita gente é mais interessante arrendar, estou a falar de pessoas que nem vivem no concelho, do que estar sujeita a um curto período de férias, e tudo o que implica, contratação de pessoas para trabalhar, para limpezas, haverá muita gente inclinada para isso. Tem é que haver mecanismos no arrendamento que dêem segurança aos senhorios. Isto é o meu pensamento sobre essa matéria. Quanto ao que a Câmara pensa fazer sobre estas matérias, para já sensibilizar as entidades competentes, e já o tenho feito. Estamos a pensar desenvolver um programa de habitação social. Por parte de alguns empresários de Albufeira, também tomei conhecimento que compraram alguns imóveis para poderem alojar empregados que tenham. É um problema muito sério que existe neste momento em Albufeira e em todo o Algarve, a questão do arrendamento. Isto leva a que as pessoas, muitas vezes,



tenham que ir para a imobilização das suas vidas adquirindo um apartamento, e ter de fazer um empréstimo, que levam o resto da vida a pagar, e depois se arranjam emprego noutro lado é uma chatice, porque não podem ir adquirir outra casa sem vender esta. Quanto às pessoas mais desfavorecidas, será de facto a habitação social. Em relação ao que fazemos para a população, temos um trabalho imenso com a população, desde o parque escolar, na educação, na parte social, nos transportes, o município faz um esforço grande nesses domínios. Ainda hoje pedi que me agendassem um concurso de um lar para ser feito em Olhos de Água. Queremos também fazer um nas Fontainhas, outro na subida do Cerro Malpique. Queremos fazer as coisas, levam é tempo, as partes burocráticas e administrativas. Temos muitos programas até a nível cultural, reabilitação urbana, o quintal da Câmara, que era a antiga igreja matriz de Albufeira, queremos recuperar o velho tribunal, que também está em projecto neste momento. Agora surgiu a ideia de podermos adquirir a antiga sede do Imortal, vamos lá ver se concretizamos ou não, para fazermos reabilitação urbana aí, adquirimos ao lado da igreja S. Sebastião, recentemente mais um imóvel, para aí fazermos um apoio ao jardim Frutuoso da Silva. Estamos a trabalhar para a população, para a população estar bem e, naturalmente, para quem nos visita também estar bem. Temos de estar bem culturalmente, educacionalmente. Promovemos imenso o desporto, devemos ser dos concelhos que tem mais atletas federados no país, trabalhamos em conjunto com os clubes para que isso suceda. Nas áreas da juventude temos tido um cuidado extremo quer na educação quer na prática do desporto, quer na área da cultura. Temos tido um trabalho, penso eu, bastante propício nessas matérias. É evidente que há muito por fazer, não tenho a mínima dúvida sobre isso."-----

António Vieira: "Eu sou um bocado saudosista, nasci em Albufeira há cinquenta e sete anos, na Rua Joaquim Pedro Samora era em terra batida, hoje meteram um alcatrão e aquilo está uma vergonha, um turista vai ali e vê aquilo. Vamos ao Cais Herculano, aquela pedra está toda partida. Eu não vou de férias para lado nenhum, fico sempre de férias por Albufeira, vamos à Avenida Vinte e Cinco de Abril e andaram a cortar as árvores, a rua da Liberdade, aquelas pedras estão todas partidas, acha aquilo bonito? Eu não acho. Aquela Rua Vinte e Cinco de Abril é uma vergonha o que ali está, não sei se pensam em arranjar aquilo. Eu fui criado na praia do Peneco, morava lá ao pé, mas agora não moro lá perto, e eu para ir para lá deixo o carro onde? No parque lá em baixo a pagar dois euros à hora? O Doutor mora perto do Beato Vicente desce ali as



escadinhas ou o elevador e está na praia. O Largo Eng. Duarte Pacheco é uma vergonha, está feito para os bares e restaurantes, e para a Câmara cobrar o dinheiro das esplanadas. Se forem lá em baixo agora não há lá ninguém, é um deserto. Eu sou daquelas pessoas que diz que quem não se sente não é filho de boa gente."-----

Luis Reis: "Queria perguntar por um projecto, de quando pertenci à Assembleia, era um projecto de um passeio feito em estruturas de ferro, aço, teria um paralelo à costa até ao primeiro molhe da Marina e partiria sensivelmente da praia do Peneco. Desejava saber se esse projecto foi novamente retirado da gaveta, se está novamente em estudo. E também perguntar porquê que o passeio marginal, o antigo, que caiu, porquê que não é trabalhado de modo a que seja um pouco afastado nas zonas mais perigosas, em madeira, de modo a conseguir manter um certo paralelismo com a linha da costa mas não a trezentos metros como a estrutura que está construída na areia, fazendo passadiço em madeira, o que seria muito mais adaptado à natureza da situação."-----

Jorge Penafiel: "Venho em representação dos artesãos de Albufeira e quero saber como está a situação, porque estamos pendurados. Sou um pai de família, estamos pendurados. É isso."-----

Presidente da Câmara: "Eu também sou saudosista, também me lembro como isto era, há uma coisa que o senhor António Vieira falou e que também me preocupa bastante, penso que todos nós nos preocupamos, que é com a questão de Albufeira ficar fechada. Já tentei sensibilizar a classe empresarial no sentido de abrirem, no sentido de se organizarem e fazerem uma escala, um ano abre um, no ano seguinte pode estar fechado. Se de um lado estiver fechado mas do outro estiver aberto já a coisa não tem impacto negativo. Até porque e usando o argumento de que nós temos uma acção empresarial no concelho, que se destina a promover o turismo. Andamos a fazer toda a promoção de Albufeira, no caso de diversificação do turismo, tentamos trazer para cá o turismo desportivo, o turismo da natureza. Já recuperamos os percursos pedonais e cicláveis em Paderne. Ligamos Albufeira à via Algarviana, para trazer para cá pessoal que gosta de fazer ciclismo, etc, as equipas desportivas, os reformados, de países mais frios que vêm para cá. Vamos promover Albufeira para o ano inteiro e a verdade é que até tem tido alguns frutos. A época sazonal que terminava em meados de Outubro já se estendeu mais um mês, este ano já foi até ao final de Novembro. Estamos a trabalhar para encurtar a época baixa. Mas tem de haver um investimento não só do município mas também de alguns empresários, que contribuem para isso, mas deve de



ser de toda a comunidade. Isto é uma coisa que vai ter de ser pensada, é bom que as pessoas comecem a pensar, já ouvi várias hipóteses. Já ouvi que se devia fazer uma discriminação positiva, ou seja, quem estivesse aberto deveria ter alguns benefícios em relação a isso, designadamente pagar menos em esplanadas, o que falei há pouco, que a solução passaria por se falar com os empresários, devidamente organizados, para se fazer uma escala de serviço, seria uma hipótese. E há uma última, que é a bomba atómica, que é se nenhuma das duas anteriores funcionar, será que quem não trabalhar de inverno não terá esplanada de verão? Digo, com toda a franqueza, que não gostaria de usar a bomba atómica, preferia muito mais a segunda hipótese, de voluntariamente se fazer uma escala, também não precisamos que estejam todos abertos, entre os comerciantes, em cada local haver vários abertos, no ano seguinte seriam os outros, o esforço seria repartido por todos, porque isso é o que está correto. Todos nós falamos em princípios da igualdade, é tudo muito bonito, mas depois na prática alguns abrem, o caso do Carlos, outros que o fazem também, que eu saúdo, e há outros que não o fazem. Temos de ter algum equilíbrio na decisão, mas apenas estou a dizer as três hipóteses que temos, sinceramente preferiria a hipótese do meio, de pelo diálogo, pela concertação, se fazer um regulamento, depois temos de regulamentar e esta Assembleia terá a palavra final sobre esta matéria, no sentido de se fazer algo para que não se feche Albufeira. De facto é muito negativo para quem cá vem, chegar à baixa e estar quase tudo fechado. Não está tudo fechado, e também não está só um bar aberto, estão cinco bares abertos. Depois temos a questão da recuperação de toda aquela zona, também já referi o Plano de Mobilidade e referi que associado ao Plano de Mobilidade vai estar um Plano de Recuperação de Áreas Públicas. Naturalmente que a Rua Vinte e Cinco de Abril, a Rua Cândido dos Reis, todas essas zonas vão estar debaixo deste plano. Não é um plano para executar todo ao mesmo tempo, isso é impossível, terá de ser feito com algum cuidado de faseamentos, mas está tudo a ser tratado neste momento."-----

Presidente da Assembleia: "Só esclarecer o senhor Jorge Penafiel que a comissão referente à questão do regulamento vai reunir na segunda-feira. Nos próximos tempos já haverá uma posição mais concreta por parte da comissão que foi constituída nesta Assembleia Municipal, para a questão do regulamento."-----

Presidente da Câmara: "Em relação à primeira questão colocada, pelo Luis Reis, do projecto que há desde a praia do Peneco até ao primeiro molhe, esse projecto esteve



sempre raias de investimento privado. Quem estava nesse interesse nesse projecto eram o s promotores da marina, fundamentalmente era aí que se situava. Para que a partir da praia do Peneco as pessoas pudessem aceder, de forma pedonal, à marina, e dessa forma animar lá o comércio. Eu nunca obstaculizei este projeto, aliás nós aqui em Assembleia Municipal, salvo erro aprovamo-lo, não o obstaculizamos, o capital deverá ter sempre carácter privado. Fui abordado, algumas vezes, pela entidade Marina, nesse sentido, que estavam a tratar de financiamentos. Na altura vieram cá com um senhor de um banco, que estaria a analisar toda a situação, em termos de financiamento, porque depois terá de decorrer de algum financiamento que possa haver de fundos europeus. É o ponto da situação que lhe posso dar neste momento. Se já houve mais desenvolvimentos eu não tenho conhecimento. O interesse penso que continuará, mas não terá progredido muito, tanto quanto me é dado saber. Quanto ao que me diz de melhoramentos do passeio marginal, devo dizer que acho bem, veria com bons olhos que se melhorasse, não vi problemas inicialmente de se poder intervir ali, mas é uma área que não é nossa, o município não pode intervir ali sem que tenha o consentimento das autoridades do poder central. Posso fazer essa sugestão, já me dispus a colaborar com eles, com a APA na reposição de alguns troços de passeios, onde as defesas já estão com alguma perigosidade. O município está disposto a colaborar com eles em tudo, na parte em que eles não tenham capacidade orçamental, nós estamos dispostos a colaborar com eles. Assim como também, de alguma forma, os vamos influenciando, por exemplo, está em plano, neste momento na APA, fazer o enchimento de areia na praia da Oura, que tem vindo a sofrer com o desassoreamento contínuo. Como disse o Presidente da Assembleia Municipal, não tem nada de pedir desculpa, gosto de ouvir as pessoas, e gosto de ouvir as opiniões, respeito muito as opiniões alheias e não saem em saco roto, porque elas ficam cá, concorde-se ou não se concorde e são sempre tomadas em linha de conta, sempre.”-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos Membros, para consulta, no Gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Tomada de posse de novos membros do Conselho Municipal de Segurança; -----



Foi tomada posse pelos novos Membros do Conselho Municipal de Segurança. -----

PONTO DOIS

Aprovação das atas das sessões de 06-12-2017, 21-12-2017 e 27-12-2017; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Presidente da Assembleia: "Chamo a atenção para a ata de seis de Dezembro de dois mil e dezassete, na página dezanove, na votação, onde se lê Vera Belchior, dever-se-á ler Isabel Machadinho. Era o Membro que estava designado pelo PAN nesta sessão."---

Pedro Coelho: "Na página catorze, vinte e quatro e vinte e cinco, nas minhas intervenções há algumas rectificações que vou ter de efectuar."-----

Presidente da Assembleia: "O melhor é remeter à Assembleia e depois serão incluídas, será votada com essas alterações, como são da sua autoria serão incluídas."-----

Miguel Pinheiro: "No ponto dezanove, fiz a questão ao Presidente da Câmara sobre a frequência das análises ser alterada quando houvesse situações de emergência e rotura e o Senhor Presidente respondeu que não, que essa alteração de frequência não seria feita. Essa parte foi omitida da ata. Introduzi a questão hipotética de uma rotura no dia posterior a uma análise, e se a análise só seria feita na semana a seguir e o Senhor Presidente da Câmara confirmou que sim."-----

Presidente da Assembleia: "Iremos ouvir a gravação e fazer essa análise, portanto proponho a retirada desta ata para analisarmos. Iremos ver a ata e ver de que forma poderemos incluir essa questão na própria ata. Quem, quando receber as atas ver alguma questão que queira ver corrigida pode remeter imediatamente um email, assim poderemos fazer logo a correcção para que depois seja remetida aos Membros e já venha o texto com as reparações feitas e as correcções que entendam pertinentes para que possamos ser mais céleres. O Miguel também pode passar pelo gabinete da Assembleia para ouvir a gravação. De facto recorde-me dessa pergunta, mas temos de ver em que termos está para depois fazer o encaixe."-----

A ata de 06-12-2017 foi retirada para correcção e posterior aprovação.-----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO DA ATA DE 21-12-2017: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00)-----



Votos a favor: dezanove (19): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Renato Pimenta, Rui Gago, Leonardo Paço, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na sessão de 21-12-2017 os Membros: Eugénia Baptista, Pedro Coelho, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Helena Simões e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, pelo que não votaram -----

VOTAÇÃO DA ATA DE 27-12-2017: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00)-----

Votos a favor: vinte e um (21): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na sessão de 27-12-2017 os membros: Adriano Ferrão, Pedro Coelho, Rui Gago e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, pelo que não votaram.

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para aquisição de serviços de responsabilidade técnica de instalações eléctricas em edifícios municipais; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros: -----

Renato Pimenta: "Com a análise do documento parece-me que estamos a pagar cerca de dois mil euros, por mês, a uma empresa para contratar alguém que se vai responsabilizar pelas instalações eléctricas da Câmara. Com este montante não há possibilidades de contratar uma pessoa para fazer este serviço?"-----

Presidente da Câmara: "Pode ser equacionado, neste momento os nossos técnicos não são suficientes para assegurar este serviço. A questão está bem colocada e vou ver se



realmente podemos com um técnico resolver esta questão, neste momento somos obrigados a fazer com estes recursos, esta contratação."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: um (01) Renato Pimenta.-----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Rui Gago, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Renato Pimenta apresenta e lê declaração de voto. (Doc. n.º 1 anexo a esta ata)-----

PONTO QUATRO

Tomada de conhecimento, sob proposta da Câmara Municipal, quanto à isenção da taxa de derrama para o ano de 2018 a aplicar às empresas I&D; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros: -----

Francisco Oliveira: "Da análise da informação dada pela Autoridade Tributária, dão indicação que é de difícil aplicação tendo em conta que não é possível identificar uma I&D. Normalmente estas I &D's e estas empresas são identificadas pelos CAE's, efectivamente daí resulta. A proposta foi apresentada pelo vereador do Partido Socialista no executivo, e irá ser feita uma proposta de identificação, concretização dos CAE's em apreço para ser remetido posteriormente à Autoridade Tributária, no sentido de conseguir identificar os CAE's e proceder assim à isenção do solicitado. É só uma referência, daria algumas informações, nomeadamente o CAE setenta e dois, o CAE oitenta, sessenta e dois, cinquenta e oito. Mas como não nos cabe a nós fazer esta proposta, é só uma informação de que os vereadores apresentarão em sede de executivo."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, foi tomado conhecimento. -----



O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos cinco, seis e sete e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2018-2021; -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão do Orçamento 2018; -----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros: -----

Francisco Oliveira: "Relativamente à primeira revisão do orçamento, e a todas as outras, não iremos colocar qualquer dificuldade, tendo em consideração que se trata de uma revisão destes dois documentos com integração efectivamente do programa de regularização extraordinária dos vínculos, o que leva a que quer uma, quer outra, tenham por base essencialmente o acréscimo dos funcionários, o pagamento das remunerações, caixa de providência e outros pagamentos necessários. Portanto o Partido Socialista, relativamente a estes três, irá votar favoravelmente estas duas revisões e naturalmente também o programa de regularização extraordinária. A única questão que coloco, para esclarecimento, é se são só estes os precários a integrar, tendo em consideração que desde dois mil e catorze até Maio de dois mil e dezassete, haveriam outros precários que poderiam integrar esta mesma situação. Sabendo nós das dificuldades impostas pelo Governo Central relativamente à contratação, se não seria agora oportunidade de reabilitar, por assim dizer, estes funcionários que passaram por esta casa, que tiveram alguma informação, alguns estágios, evitando, eventualmente, concursos morosos para a contratação e eventualmente, também a dificuldade que há na contratação de funcionários. Era essa a questão que colocava, vi aqui a grelha dos possíveis contratados, a integrar e pareceu-me que eventualmente poderiam ser mais, até pelo conhecimento que vou tendo, de algumas pessoas que passaram por esta casa, que poderiam eventualmente integrar e já com conhecimento de causa, realmente prestar o serviço necessário. Seria esta a questão, a outra



questão é mais um reparo e um pedido aos serviços da Câmara Municipal, para no caso, por exemplo, do orçamento, quando enviam o mapa de pessoal pudessem fazer de uma forma perceptível, porque o mapa de pessoal não se consegue ver, mesmo com uma lupa, é realmente difícil."-----

Presidente da Assembleia: "Relativamente a essa questão, faço o reparo a todos os Membros da Assembleia, que caso vejam alguma deficiência na informação que lhes é transmitida façam o favor de imediatamente comunicar, para conseguirmos em tempo útil informar a Câmara esses dados. Uma vez que certamente estará em word, é uma questão de promover uma ampliação e assim ninguém ficará com a falta de informação necessária para que esteja presente nesta Assembleia."-----

Vera Belchior: "No ponto seis foi feita a anulação parcial de duas rubricas de encargos com a saúde. Queremos ver esclarecido quais são os encargos afetos a estas duas rubricas, para perceber o porquê da anulação."-----

Presidente da Câmara: "Isto é fundamentalmente uma operação técnica de finanças. Temos de tirar dinheiro de um lado para pôr noutro, naquilo que vai ser feita a despesa imediata. Não faz sentido, ter neste momento dinheiro numa coisa que só vou conseguir lançar daqui a quatro ou cinco meses e há outras que têm necessidade de se fazer agora. As alterações que estão aqui são todas elas não substanciais, ou seja, não afetam nada daquilo que é o orçamento e as intenções orçamentais. Poderá afetar é meros calendários."-----

Vera Belchior: "Não afetam o objeto da rubrica?"-----

Presidente da Câmara: "Não. A calendarização é que pode ser afetada, houve verbas que foram transferidas ou que foram anuladas, ou verbas que terão de ser estendidas. Por exemplo, houve calendários de pagamentos que nós tínhamos programado pagar muito mais em dois mil e dezassete e agora temos de corrigir, porque afinal o contrato foi tarde e vamos ter de fazer a programação, vai ter de ser pago mais em dois mil e dezoito, há casos que temos de estender para dois mil e dezanove. São meras reprogramações, não afetando em nada o que são os ideais dos objectivos. É mais de carácter técnico, tem a ver com os procedimentos. A única coisa substancial que está é de facto esta questão do alargamento da contratação da regularização destes precários. Aproveitando para responder ao Dr.º Francisco Oliveira, a instrução que nós demos é que todos aqueles que fossem possível neste momento, também houve uma reunião de Câmara neste sentido, e temos um prazo curto, temos de lançar o concurso



até ao final deste mês, temos alguns através do PEPAL, e que houve também, nos termos do artigo três, alínea c), temos outro com contrato resolutivo a termos certo, nos termos da alínea a), e também temos contratos de emprego e inserção, nos termos da alínea b) do artigo três. Depois ainda vamos ter oportunidade de fazer uma segunda apreciação nesta matéria, que irá, salvo erro, até Maio. Diz aqui o número cinco que o procedimento de regularização dos vínculos precários das entidades abrangidas pelo código de trabalho terminam em trinta e um de Maio de dois mil e dezoito, ou seja, ainda vamos ter oportunidade, só que esses estão dependentes de terem um ano de trabalho e portanto vamos tentar o mais possível, em todos os casos em que se verifique a necessidade permanente de posto de trabalho, por exemplo estamos a pôr cozinheiros, são necessidades permanentes das escolas, não estou a ver que se vá por aí, se houver mais cozinheiros em situação de contrato a termo, não os ponhamos também. Sei das dificuldades que tivemos nessa contratação, motoristas também, ou seja, todos aqueles que temos necessidades permanentes seguramente, podendo enquadrá-los neste dispositivo é bastante mais fácil, como disse o Dr.º Oliveira, bastante mais fácil de os enquadrar. Os que não conseguirmos, porque não conseguimos de acordo com a Lei, por ter os prazos muito apertados, esses temos de sujeitar a novo concurso, mas já com carácter de vínculo normal. Todos os que podermos fazer através deste mecanismo legal vão através deste, os que não podermos vão novamente a concurso e terão certamente vantagem sobre qualquer outro que venha."-----

Francisco Oliveira: "Quer na alínea b), quer na alínea C), permite uma situação de alguma amplitude, diz que no período de um de Janeiro a quatro de Maio de dois mil e dezassete exercem funções ao abrigo de contratos emprego-inserção, contratos de emprego e inserção durante algum tempo nos três anos anteriores à data de início do procedimento concursal de regularização, e aos que exerceram contratos de estágio, portanto nem se fala de alguns casos, realmente fazem referência pelo menos a um ano, mas noutros é algum tempo. É possível refrescar estas situações."-----

Presidente da Câmara: "Vamos tentar refrescar o mais que podermos."-----

Francisco Oliveira: "A ideia que de facto me pareceu é que, tendo pedido aos serviços essa informação terem vindo tão poucos. É essa a ideia que dá."-----

Presidente da Câmara: "Eu também tinha ficado com essa ideia, mas foi o que eles trouxeram. A instrução foi no sentido de tudo o que for possível de fazermos, e foi o que se conseguiu."-----



Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO CINCO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Miguel Pinheiro e Renato Pimenta. -----

Ausências: uma (01) Rui Gago. -----

Votos a favor: vinte e dois (22): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO PONTO SEIS: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Renato Pimenta.-----

Ausências: uma (01) Rui Gago. -----

Votos a favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO PONTO SETE: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Rui Gago. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----



A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do contrato de arrendamento, a celebrar entre o município de Albufeira e a Serva - comércio e empreendimentos imobiliários, limitada, de armazém destinado a armazenar bens do Banco Alimentar, no âmbito de uma candidatura da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros: -----

Francisco Oliveira: "Só um esclarecimento, no contrato de arrendamento não consta a área do armazém. Se pudessem dar esse esclarecimento."-----

Presidente da Câmara: "Realmente não está a área, mas é um armazém grande, mas consta da matriz, que agora não tenho aqui."-----

Francisco Oliveira: "Era só para perceber, temos aqui a ideia do valor da renda, que é mil duzentos e noventa e um ponto trinta, que está no contrato de arrendamento, para tentar perceber o valor por metro quadrado."-----

Presidente da Câmara: "Neste momento não tenho aqui o artigo matricial, mas isto foi tudo objecto de informações, é um imóvel devidamente equipado, com uma série de equipamentos, e que serve perfeitamente aquilo que se pretende."-----

Leonardo Paço: "Sem a área não conseguimos dar uma opinião em relação ao preço do arrendamento, se é caro ou se é barato."-----

Presidente da Assembleia: "Vamos ao site das finanças, e conseguimos chegar lá. Tem cento e noventa e um metros quadrados."-----

Francisco Oliveira: "Dá seis euros por metro quadrado, está relativamente barato."-----
Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: duas (02) Miguel Pinheiro e Renato Pimenta. -----

Votos a favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Rui Gago, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da



Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para aquisição de serviços de vigilância e segurança humana, em vários locais, equipamentos e eventos do município de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros: -----

Renato Pimenta: "Mais uma vez, perguntar se com o que se vai despende não há possibilidade de contratar pessoas para fazer este serviço? Estou a falar dos pontuais, não estou a falar das festas, mas a vigilância dos equipamentos não pode ser com pessoal da Câmara?"-----

Presidente da Câmara: "Não pode. Estamos a tratar da questão da segurança privativa do município. Está em processo final, espero que fique concluído dentro de um mês ou dois, e aí sim podemos fazer vigilância dos nossos equipamentos, neste momento não podemos."-----

Renato Pimenta: "É por isso que estamos a falar em doze meses?"-----

Presidente da Câmara: "Não é por nenhuma razão especial, mas essa questão que vamos ter vigilantes próprios vai ser tomado em linha de conta, seguramente numa futura contratação, ou não, vamos ver se temos depois os suficientes para assegurar todas as necessidades que temos. Neste momento não lhe sei dizer."-----

Renato Pimenta: "Neste momento não é possível fazer com o pessoal da Câmara?"-----

Presidente da Câmara: "Não, neste momento não é possível."-----

Miguel Pinheiro apresenta e lê proposta de recomendação. (Doc. n.º 2 anexo a esta ata)

Francisco Oliveira: "Presumo, naturalmente, não poderia ser de outra forma, que a utilização das câmaras de videovigilância terá de recorrer à Lei que saiu em dois mil e cinco, aprovada pela Assembleia da República. O contrato terá de precaver esse tipo de situações."-----

Presidente da Assembleia: "A acrescer à nova Lei da protecção de dados. Só para esclarecer, no código do contratos públicos estão definidos os critérios de higiene e segurança no trabalho. Isto é obrigatório e está devidamente regulamentado, a não discriminação também está devidamente regulamentada e portanto todas as questões



que são referidas estão devidamente regulamentadas e a Câmara Municipal está obrigada a respeitar em todos os concursos, contrato. Mas nunca é demais propor a recomendação."-----

Francisco Oliveira: "Como o senhor Presidente disse, aquilo que está na Lei, eventualmente pode estar ou não estar, é só uma questão de no contrato ser referido, e o que é demais não escasseia."-----

Adriano Ferrão: "De igual modo penso que, a proposta seja de boa-fé, de qualquer modo já está contemplada na própria legislação e a Câmara está obrigada a considerar essa legislação e respeitá-la."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a proposta de recomendação apresentada pelo BE a votação.----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Ana Cristina Oliveira. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Rui Gago, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO PONTO NOVE: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Miguel Pinheiro e Renato Pimenta. -----

Votos a favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Rui Gago, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

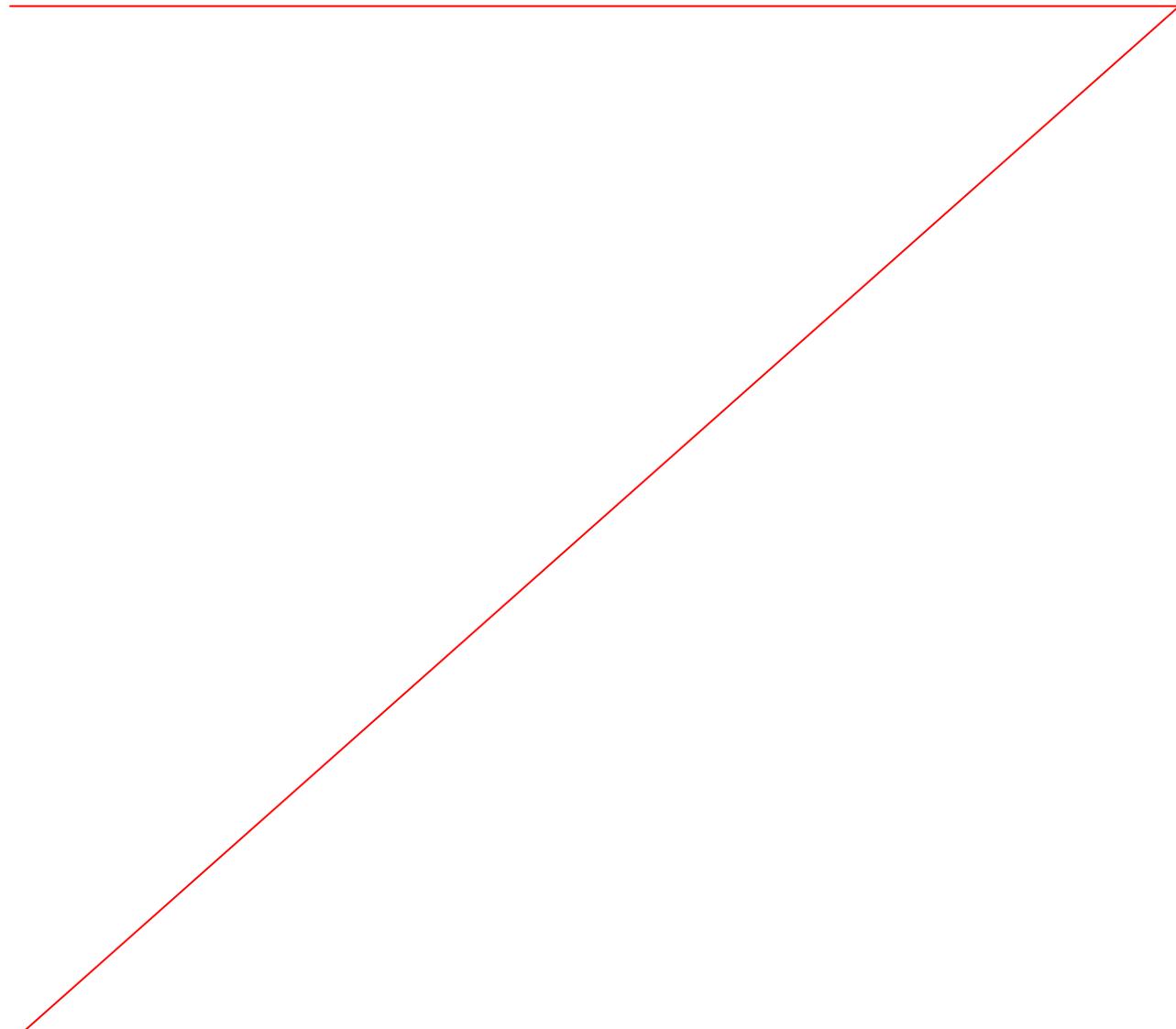
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:15 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 25 de Janeiro de 2018 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

A SEGUNDA SECRETÁRIA _____





Ex.mó Sr.
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
de
Albufeira

Vem a CDU - Coligação Democrática Unitária, quanto ao ponto 3.º da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Albufeira, convocada para dia 25/01/2018, nomeadamente, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para aquisição de serviços de responsabilidade técnica de instalações eléctricas em edifícios municipais, apresentar:

Declaração de Voto

A CDU vota contra, uma vez que é a nosso princípio de que a Câmara Municipal de Albufeira, ou qualquer outro serviço público, deve munir-se de pessoal que seja necessário para o assegurar o regular funcionamento dos mesmos, dado que não se trata de uma necessidade pontual.

Albufeira, 25/01/2018

Renato J. M. Pimenta



Recomendação

Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Albufeira, dia 25 de Janeiro de 2018

9 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO, SOB PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DO CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA HUMANA, EM VÁRIOS LOCAIS, EQUIPAMENTOS E EVENTOS DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA.

O Bloco de Esquerda recomenda a inclusão dos seguintes pontos na minuta do contrato de adjudicação:

- que a empresa faça prova de não recorrer a contratos precários para a efectivação dos serviços;
- que sejam incluídos:
 - critérios de Higiene e Segurança no trabalho (HST);
 - Critérios de qualidade de vida no trabalho;
 - Critérios de igualdade salarial de género.

O membro eleito pelo Bloco de Esquerda à AM de Albufeira,
Miguel Pinheiro